



REFORMA DO SETOR PORTUÁRIO

Medida Provisória nº595, de 6 de Dezembro de 2012



LEÔNIDAS CRISTINO
Ministro de Estado
SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SEP/PR

março/2013

Sumário

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVOS E ESTRUTURA DA REFORMA
3. NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO
4. MUDANÇAS NO SEGMENTO ADMINISTRAÇÃO
5. MUDANÇAS NO SEGMENTO OPERAÇÃO
6. PROGRAMA DE INVESTIMOS
7. MUDANÇAS NO SEGMENTO ACESSOS PORTUÁRIOS
8. AJUSTES LEGAIS

1

INTRODUÇÃO

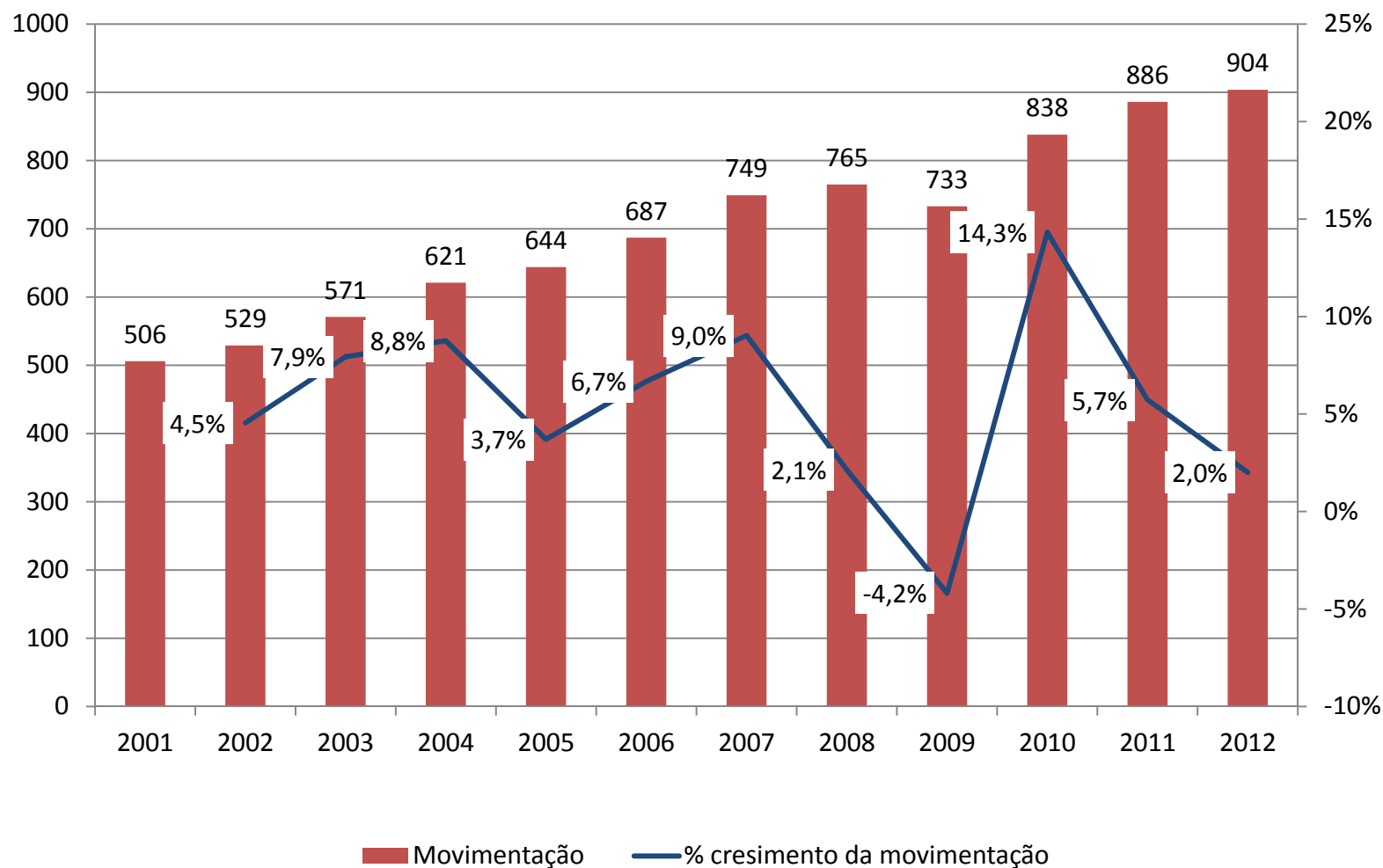
- LEI 8.630
- Histórico da Movimentação
- Projeções
- Criação da SEP em 2007
- A SEP
- Efetivação das Mudanças

**TROUXE AVANÇOS COM A PARTICIPAÇÃO PRIVADA NAS OPERAÇÕES
(ARRENDAMENTOS) E TERMINAIS DE USO PRIVATIVO PARA
MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PRÓPRIAS (AUTORIZAÇÕES)**

1 INTRODUÇÃO

Histórico da Movimentação

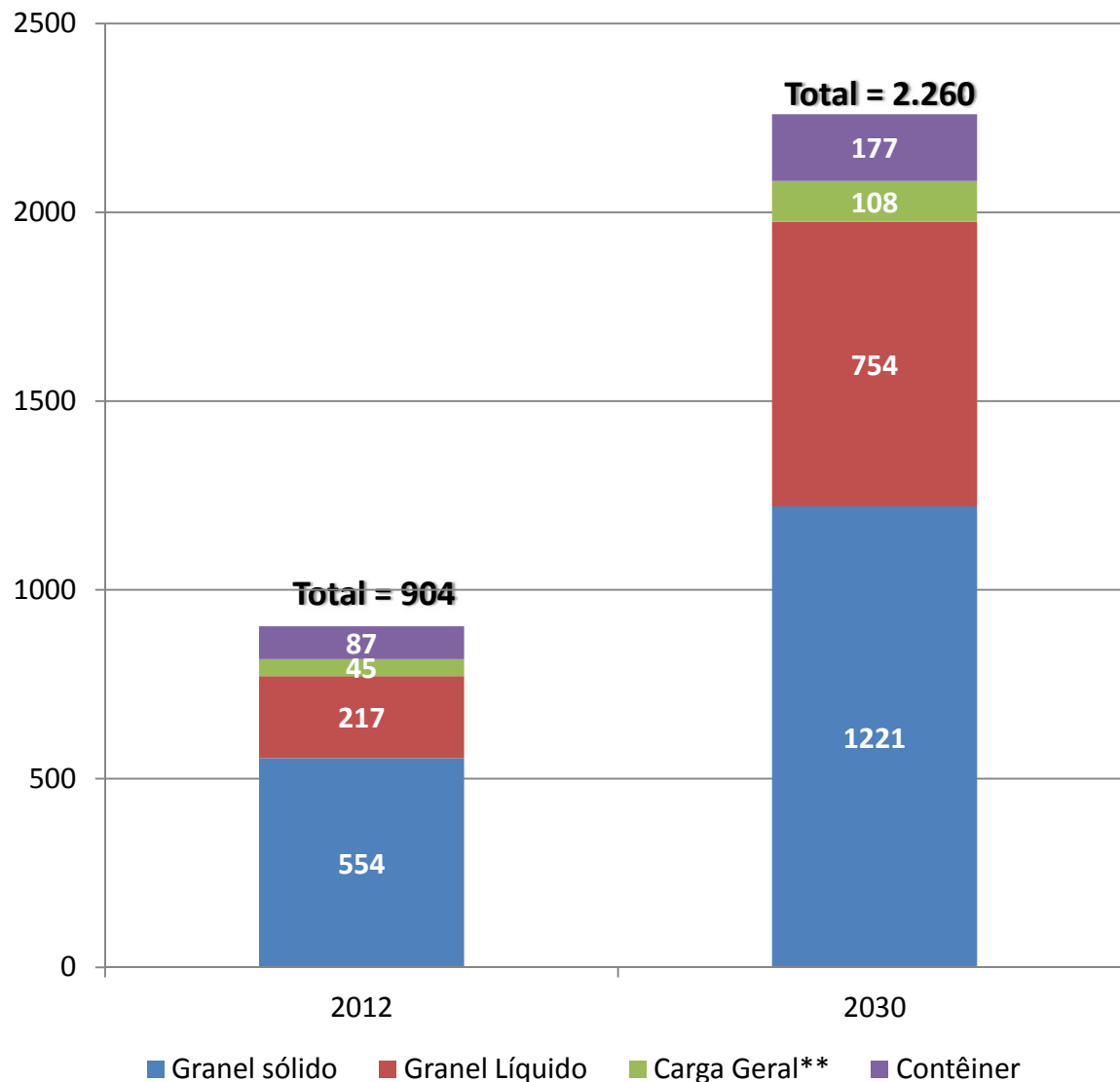
Evolução da movimentação Portos Públicos e Privados



1 INTRODUÇÃO

Projeções do PNLP

Projeção por natureza de carga



Taxas de Crescimento Projetada da Movimentação Portuária (2010-2030)

POR NATUREZA DA CARGA	
Granel Sólido	5.68% ao ano
Granel Líquido	6.81% ao ano
Carga Geral**	3.37% ao ano
Contêiner	6.33% ao ano
Total	5.70% ao ano

**Exclusive contêiner

1 INTRODUÇÃO

Criação da SEP em 2007

Ações prioritárias



➤ OBRAS DE DRAGAGENS DE
APROFUNDAMENTO

➤ OBRAS DE INFRAESTRUTURA

➤ MELHORIA DE GESTÃO

Lei nº11.518, de 5 de setembro de 2007

➤ **PLANEJAMENTO**

- Plano Nacional de Logística Portuária – PNL

➤ **ESTUDOS PARA APERFEIÇOAMENTO DO MODELO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO**

- Trabalho realizado com o acompanhamento da CASA CIVIL, SEP e outros Ministérios, com a participação dos trabalhadores, empresários e autoridades portuárias

➤ **NECESSIDADE DE REFORMULAÇÃO DA LEI 8.630 –
LEI DOS PORTOS**

- **Fazer frente ao crescimento da demanda**

➤ **TORNAR O PAÍS MAIS COMPETITIVO EM MERCADOS INTERNACIONAIS E INTERNO**

Metas:

- Aumento da eficiência portuária para atingir reduções de custos
- Atração de investimentos para aumento da capacidade que possa absorver a demanda crescente

➤ **PARA ATINGIR OS OBJETIVOS, A REFORMA FOI ESTRUTURADA DA SEGUINTE FORMA:**

- um novo **ARRANJO INSTITUCIONAL** que dá suporte a todas as mudanças apresentadas;
- mudanças no segmento de **ADMINISTRAÇÃO**;
- mudanças no segmento de **OPERAÇÃO PORTUÁRIA**; e
- investimentos em **ACESSOS PORTUÁRIOS**.

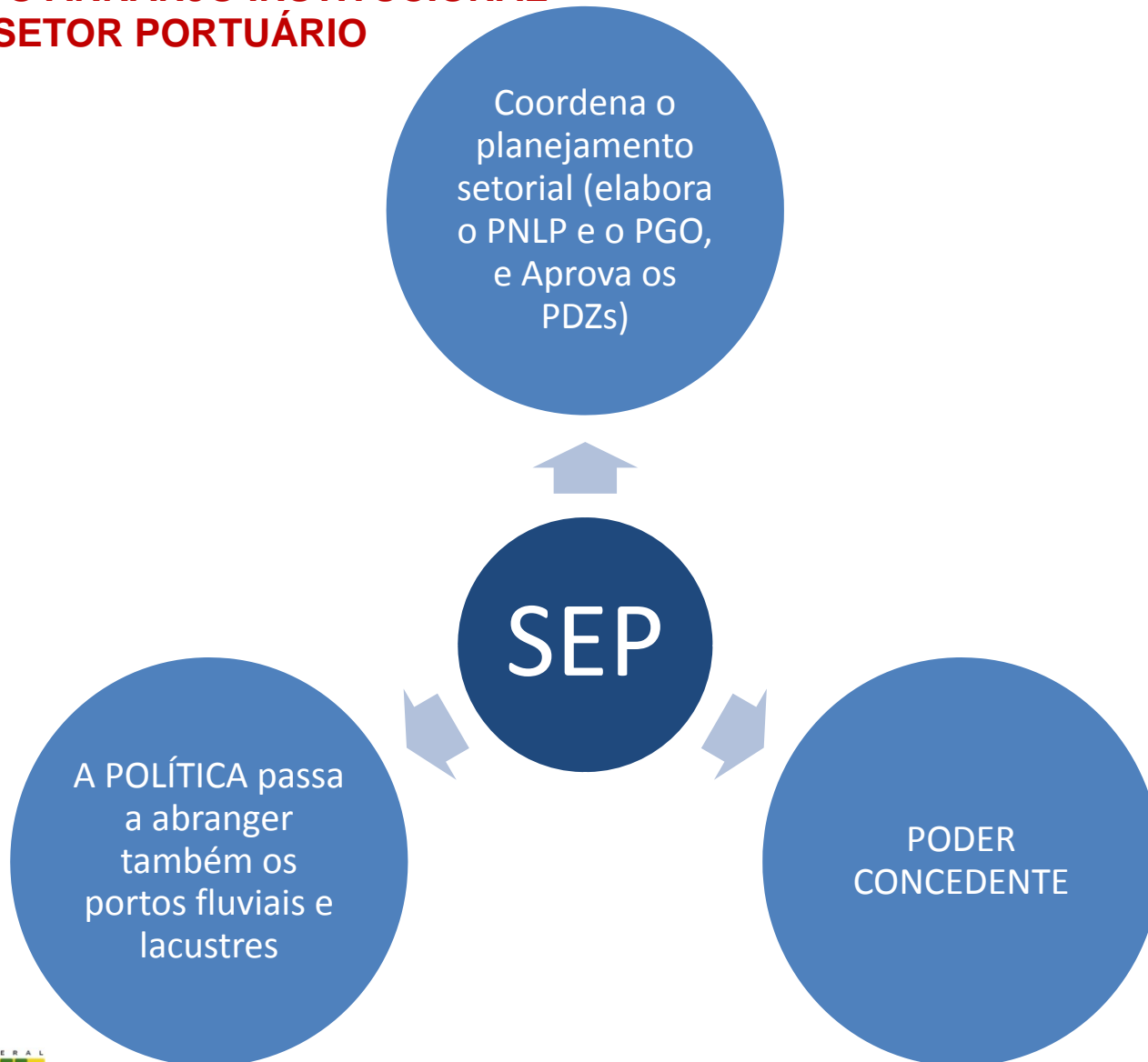
3

NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO

- Planejamento Integrado – PNLP e PNLT – PNLI
- Orientações do CONIT / EPL
- CAP passa a ser Consultivo
- Fortalecimento da estrutura para estudos, acompanhamento e fiscalização do programa de dragagem (INPH)

3 NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO

Fortalecimento institucional da SEP



3 NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO

Fortalecimento institucional da ANTAQ



3

NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO

➤ Criação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS

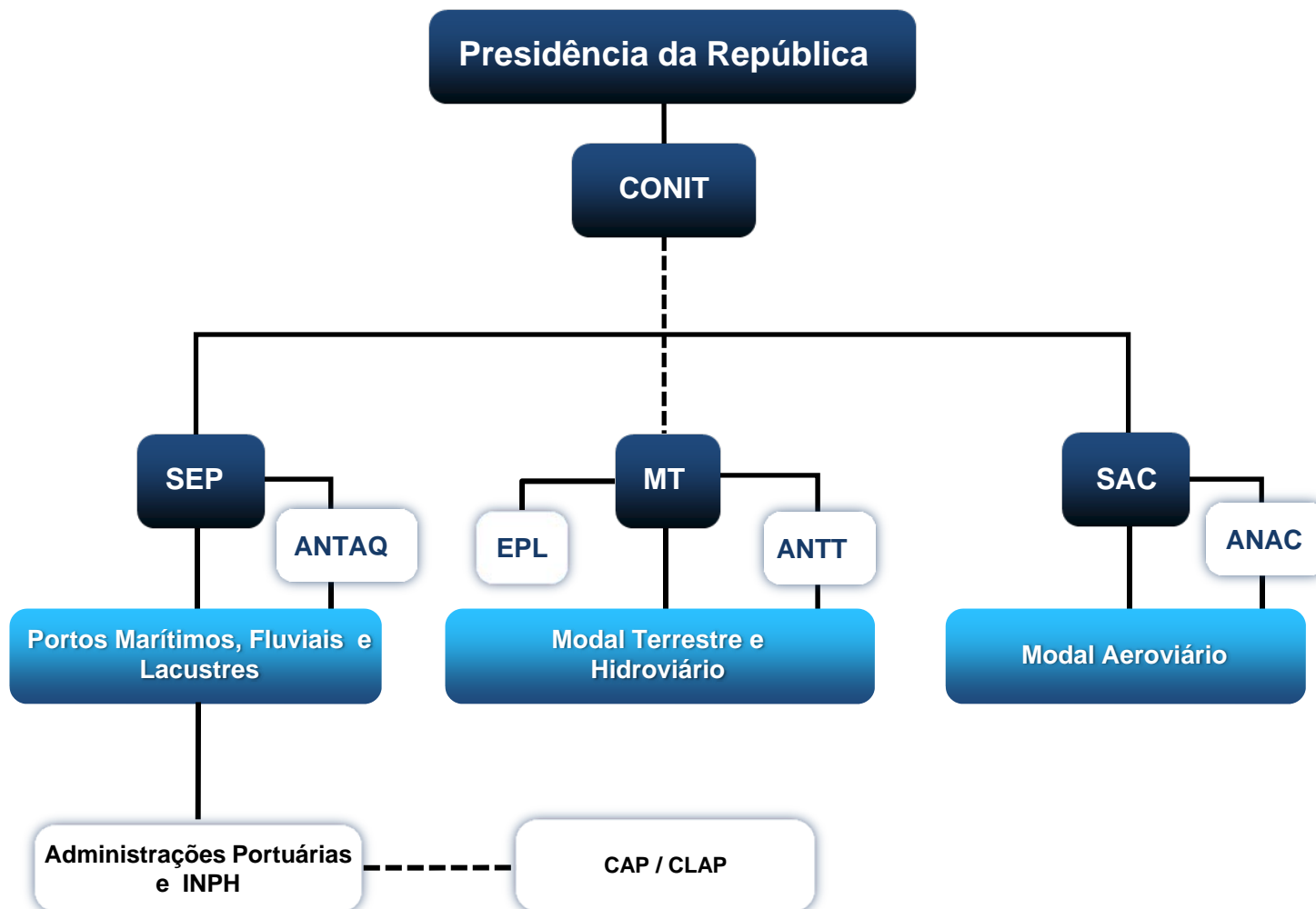
- Composição multi-ministerial
- Comissões locais nos portos
- Harmonização da atuação das autoridades
- Coordenação pela SEP

➤ Criação da COMISSÃO NACIONAL DE PRATICAGEM

- Suporte às decisões regulatórias da Marinha
- Definição da metodologia e proposta de regulação econômica da atividade
- Definição de aspectos da melhoria do nível do serviço de praticagem
- Mudanças já realizadas:
 - Aumento da lotação nas Zonas de Praticagem
 - Concurso para Práticos
 - Formação de profissionais de Marinha Mercante

3

NOVO ARRANJO INSTITUCIONAL DO SETOR PORTUÁRIO

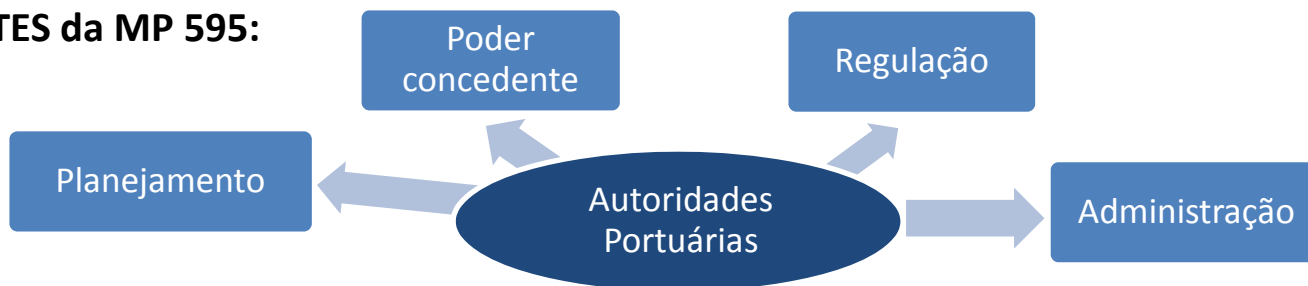


4

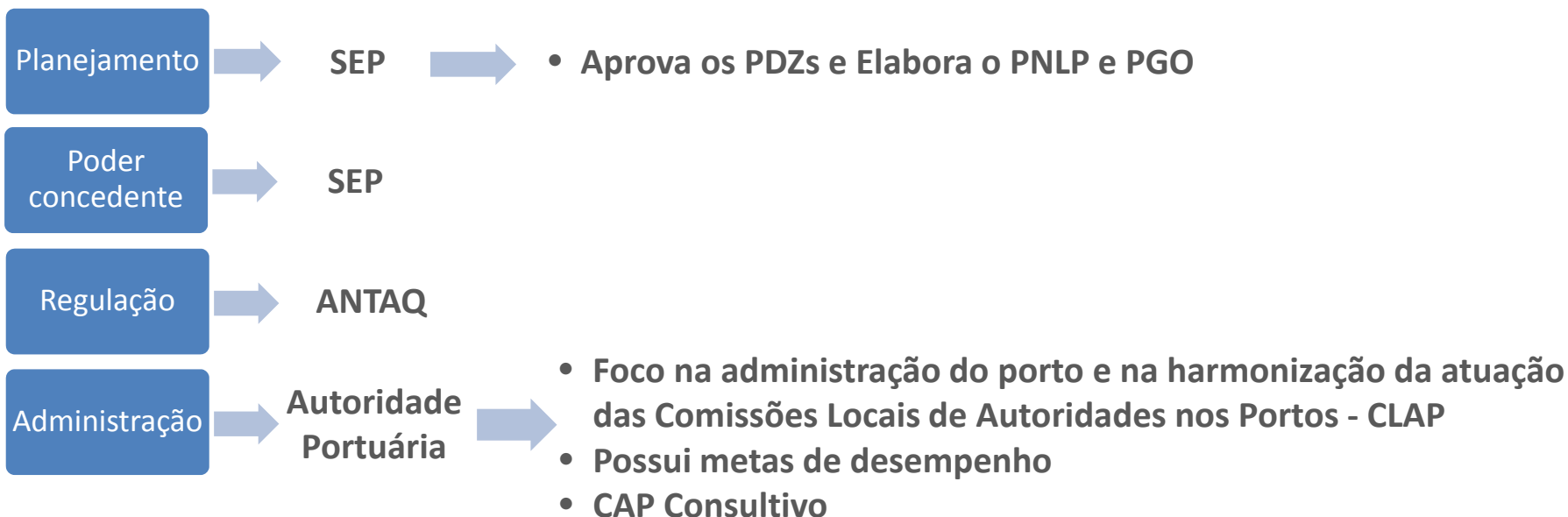
MUDANÇAS NO SEGMENTO ADMINISTRAÇÃO

Mudanças nas atuais ATRIBUIÇÕES DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS

ANTES da MP 595:



ATUAL:



4

MUDANÇAS NO SEGMENTO ADMINISTRAÇÃO

➤ DOCAS

- observarão regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens
- firmarão com a SEP compromissos de metas e desempenho empresarial que estabelecerão, nos termos do regulamento:
 - objetivos, metas e resultados a serem atingidos, e prazos para sua consecução;
 - indicadores e critérios de avaliação de desempenho

5

MUDANÇAS NO SEGMENTO OPERAÇÃO

➤ SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO DE ARRENDAMENTO

- Licitação por Leilão, com inversão de fases
- Licitações com o Termo de Referência para estudos ambientais
- Padronização das informações para os órgãos de controle

➤ INSTALAÇÃO PORTUÁRIA DE USO PRIVADO:

- Movimentação de qualquer tipo de carga
- Localizada fora do Porto Organizado
- FIM da diferenciação de **PROPRIEDADE DA CARGA** (Carga Própria e de Terceiros)
- Autorização com o Termo de Referência para estudos ambientais

5

MUDANÇAS NO SEGMENTO OPERAÇÃO

➤ CHAMADA PÚBLICA OBRIGATORIA PARA AUTORIZAÇÕES

- Processo de autorização transparente
- Analisar e manifestar a possibilidade ou não de se implantar a totalidade ou apenas alguns dos projetos pleiteados
- Processo seletivo de projetos

➤ CRITÉRIO DE LICITAÇÃO DE ARRENDAMENTOS E CONCESSÕES

- Maior movimentação com a menor tarifa
- Fim da cobrança de valores de outorgas

➤ CONCESSÃO DE PORTOS NOVOS E PORTOS JÁ EXISTENTES

- Todo ou em Parte

➤ ARRENDAMENTOS e CONCESSÕES

- Prazo de até 25 anos, renováveis por igual período

➤ AUTORIZAÇÕES

- Prazo de até 25 anos, renováveis por igual período sucessivamente
- A prorrogação dependerá da promoção dos investimentos necessários para expansão e modernização das instalações portuárias

➤ ARRENDAMENTOS

- Contratos em vigor: permanecerão vigentes pelos prazos neles estabelecidos, devendo ser licitados com a antecedência mínima de doze meses, contados da data de seu término.
- Contratos prorrogáveis: será condicionada à revisão do contrato e ao estabelecimento de novas obrigações de movimentação mínima e investimentos.

➤ TERMOS DE AUTORIZAÇÃO E CONTRATOS DE ADESÃO EM VIGOR

- ANTAQ deverá promover, no prazo de 1 ano, adaptação ao disposto na Medida Provisória.

➤ TUPS LOCALIZADAS DENTRO DA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO

- terão assegurada a continuidade das suas atividades, porém também deverão ser adaptados à MP nº595.

6

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Novos investimentos em concessões, arrendamentos e TUPs

54,2
bilhões

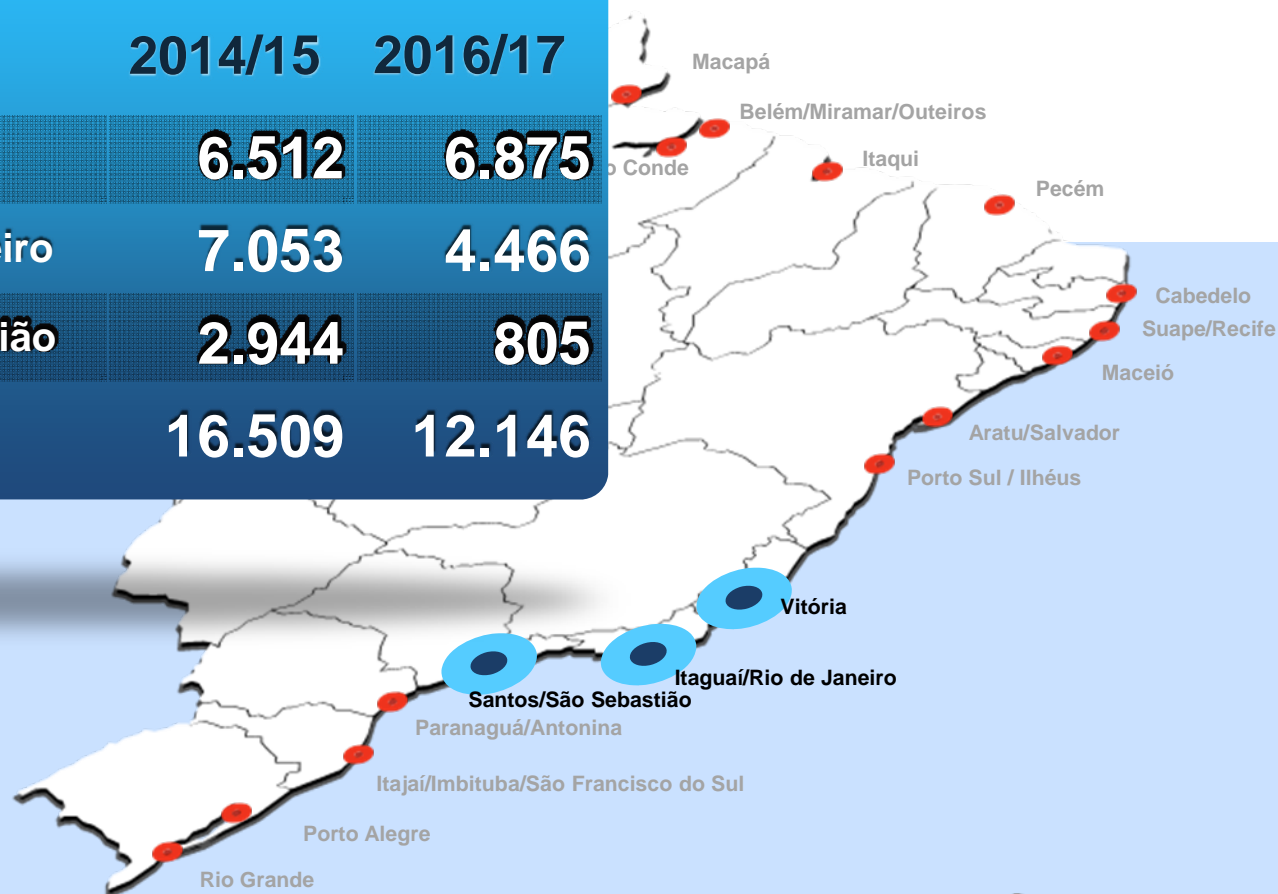
31,0 bilhões
até 2014/15

23,2 bilhões
em 2016/17

Sudeste

Investimentos
(Milhões R\$)

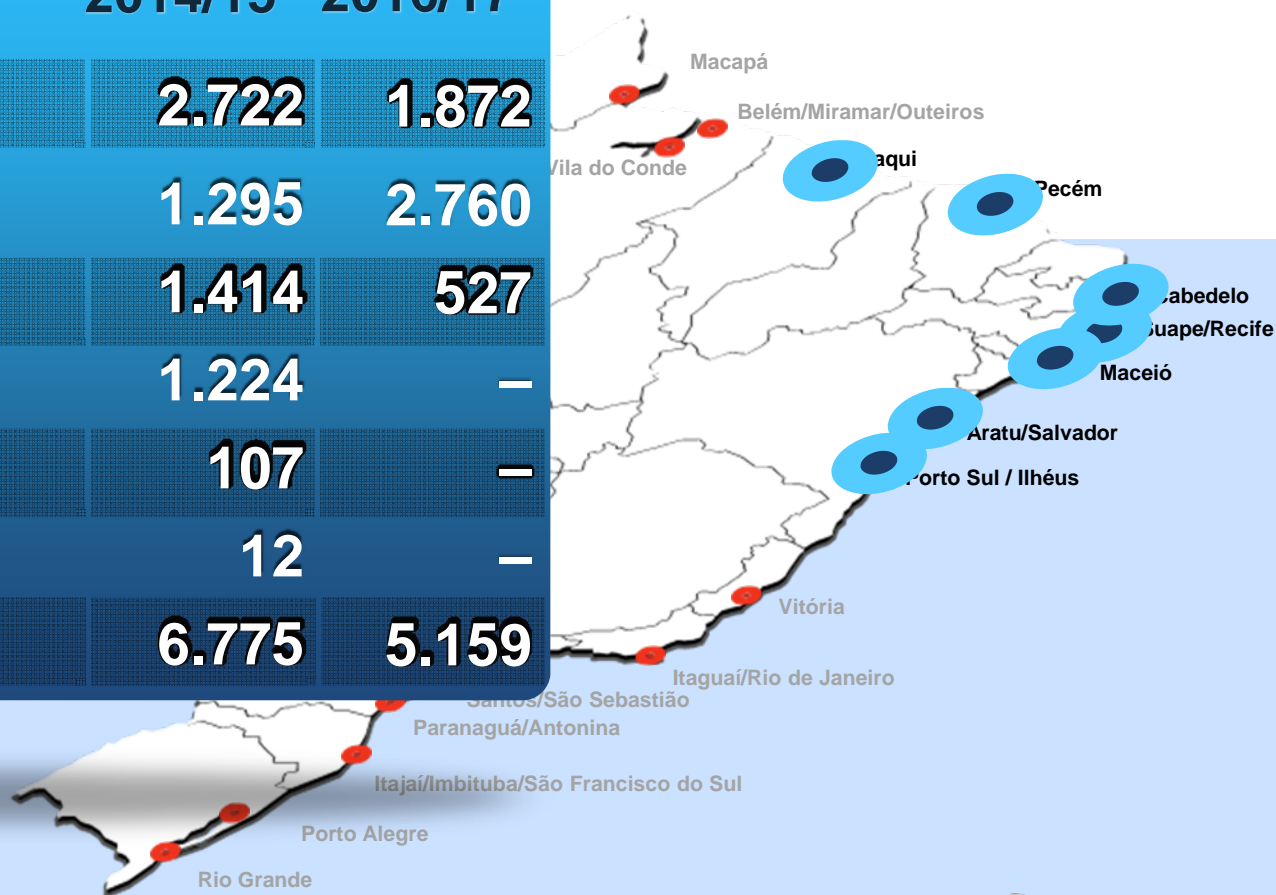
UF	Portos	2014/15	2016/17
ES	Vitória	6.512	6.875
RJ	Itaguaí/Rio de Janeiro	7.053	4.466
SP	Santos/São Sebastião	2.944	805
TOTAL		16.509	12.146

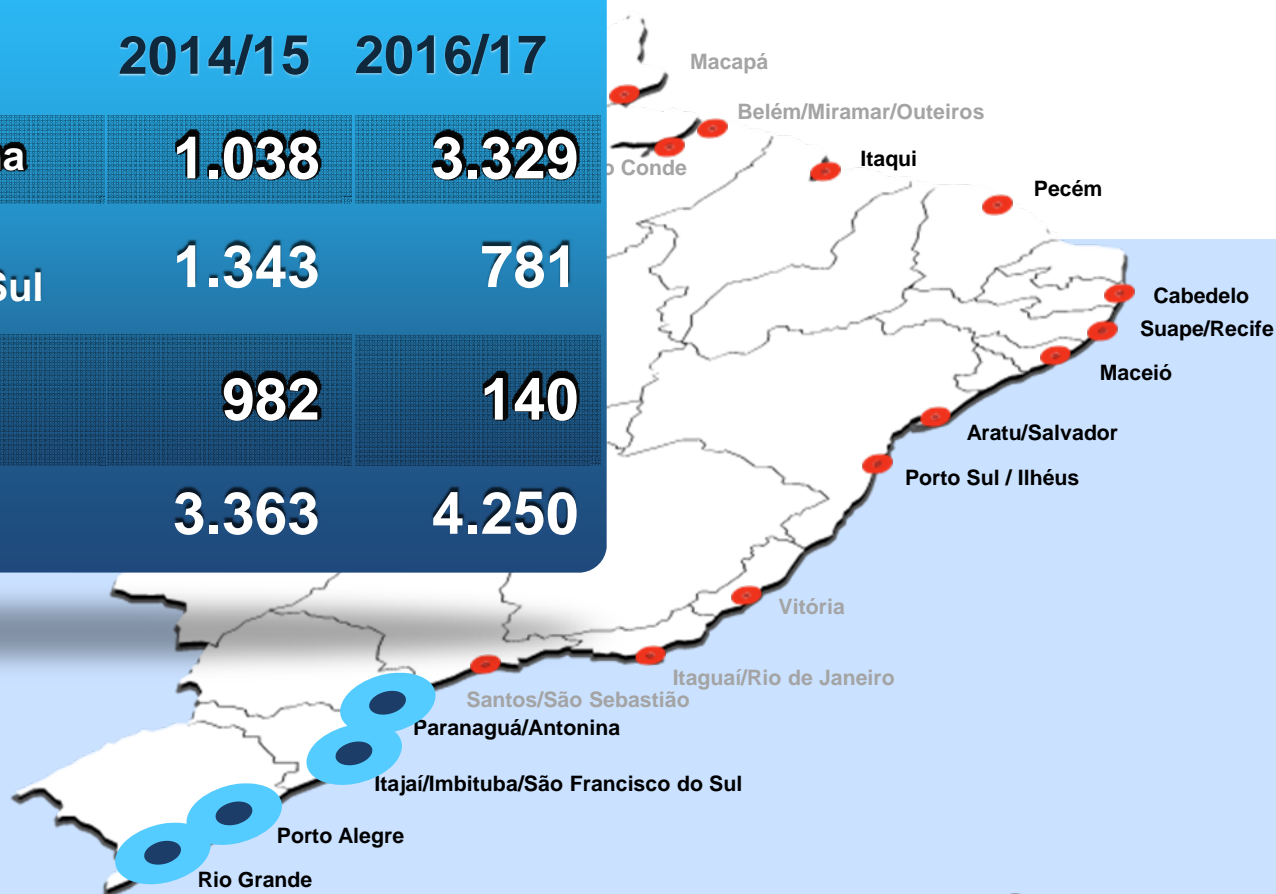


Nordeste

Investimentos
(Milhões R\$)

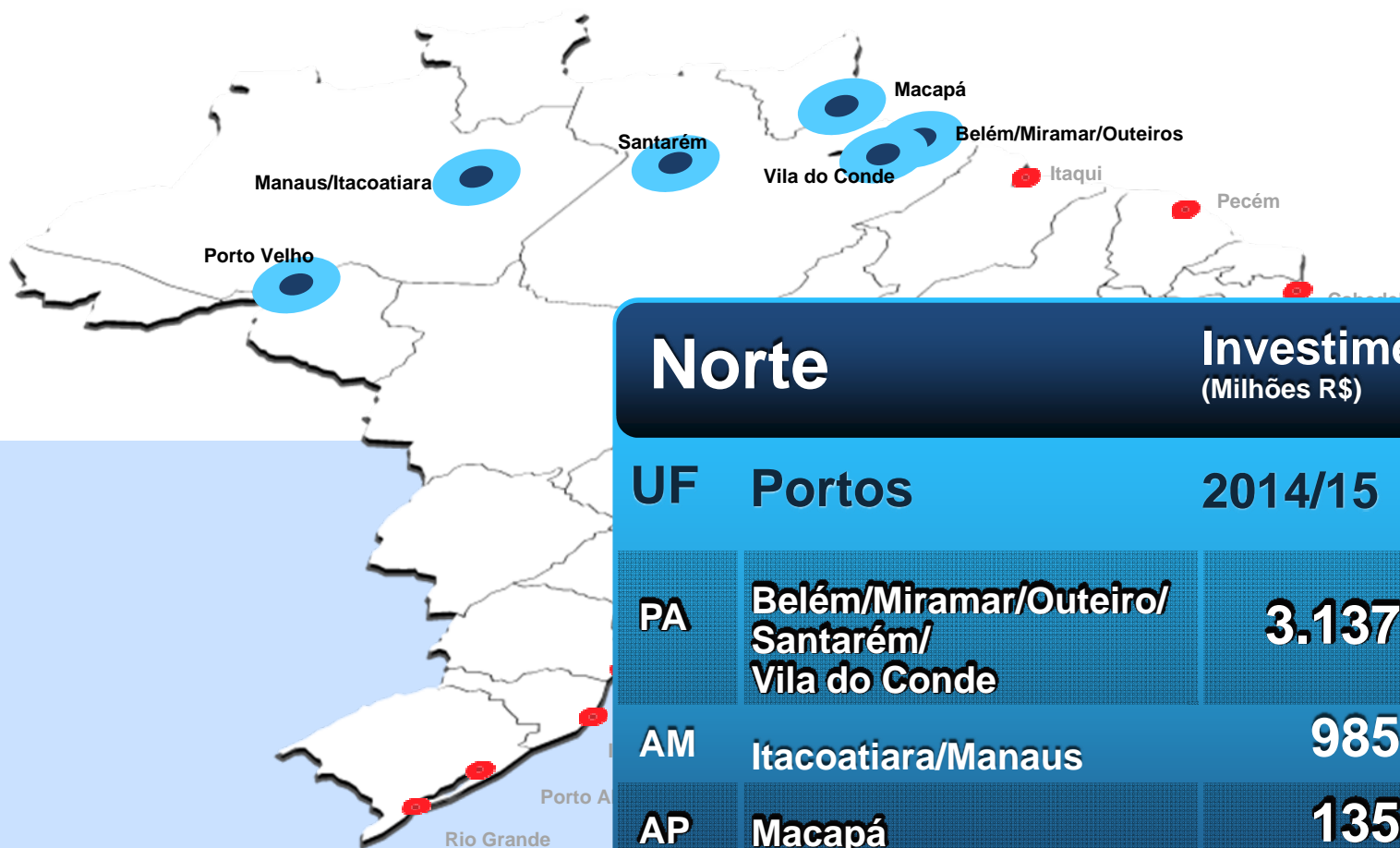
UF	Portos	2014/15	2016/17
MA	Itaqui	2.722	1.872
BA	Aratu / Salvador / Porto Sul / Ilhéus	1.295	2.760
PE	Recife/Suape	1.414	527
CE	Pecém	1.224	—
PA	Cabedelo	107	—
AL	Maceió	12	—
TOTAL		6.775	5.159



Sul**Investimentos**
(Milhões R\$)**UF Portos****2014/15 2016/17****PR Paranaguá Antonina 1.038 3.329****SC Imbituba/Itajaí/
São Francisco do Sul 1.343 781****RS Porto Alegre/
Rio Grande 982 140****TOTAL 3.363 4.250**

6

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS



Norte

Investimentos
(Milhões R\$)

UF	Portos	2014/15	2016/17
PA	Belém/Miramar/Outeiro/ Santarém/ Vila do Conde	3.137	1.505
AM	Itacoatiara/Manaus	985	92
AP	Macapá	135	—
RO	Porto Velho	115	—
TOTAL		4.372	1.597

Dragagem	R\$ mi
Blocos de Portos	3.800
Recife, Salvador, Fortaleza e Natal	389
Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba	477
Paranaguá	860
Rio Grande	1.000
Santos e Vitória	1.150

- Contratos para dragagem de aprofundamento e manutenção dos canais de acesso, bacias de evolução e berços
- Contratos de 10 anos
- Contratação em blocos – ganhos de escala
- Início dos estudos em dezembro 2012
- Licitações a partir de abril 2013

- Construção de 17 PÁTIOS REGULADORES DE FLUXOS DE VEÍCULOS
- 45 intervenções em 18 Portos

Novos Investimentos PAC		R\$ mi
Rodoviários		2.204
Ferroviários		436
TOTAL		2.640

Medida Provisória nº 595/2012

Revoga:

- **Lei nº 8.630/93** (Lei dos Portos);
- **Lei 11.610/07** (Programa Nacional de Dragagem);

Altera:

- **Lei 10.233/01** (Lei de criação da ANTAQ);
- **Lei 10.683/03** (Lei de criação da SEP/PR);

Decreto nº 7.860/2012 criação da Comissão Nacional de Praticagem;

Decreto nº 7.861/2012 criação da CONAPORTOS;



LEÔNIDAS CRISTINO

Ministro de Estado

SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SEP/PR